

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: O DIÁLOGO DOS PROFESSORES DE SÃO JOAQUIM-SC

Pricila Paulina Bernardo¹
Francisco José Fornari Sousa²

RESUMO

A Educação Física, disciplina integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, não deve ficar imparcial diante ao movimento da Educação Inclusiva, já que esta visa à formação do cidadão, levando em consideração que o seu papel não é seleção de atletas, mas de garantir a participação de todos sem nenhuma discriminação, e também promover a consciência e convivência das diferenças. Perante isso, pretende-se investigar o princípio da inclusão no diálogo dos professores de Educação Física do município de São Joaquim – SC. A metodologia utilizada será uma pesquisa de campo descritiva por meio de um questionário com 10 perguntas fechadas visando obter a opinião dos professores de Educação Física referentes ao assunto. A população alvo são 30 professores da rede municipal, estadual e particular do município de São Joaquim-SC. Os dados foram analisados através de estatística básica (f e %) e apresentados na forma de tabela. Os resultados demonstram que as respostas dos professores são conflitantes, sendo tanto positiva quanto negativa para a inclusão já que todos são a favor e apoiam a mesma, porém, acreditam que grande parte não está preparada para trabalhar com esta em suas aulas. Desse modo, através das respostas dos professores e de acordo com a literatura pesquisada, conclui-se que é necessária a implantação de projetos e cursos de capacitação que desenvolvam mecanismos práticos que atendam as metas de inclusão e sucessivamente proporcione aos professores trabalhar com a diversidade humana, já que estes são considerados peças fundamentais para a implantação do sistema inclusivo.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão. Professores.

¹ Acadêmico do curso de Educação Física do Centro Universitário UNIFACVEST

² Professor da disciplina de TCC do Centro Universitário UNIFACVEST

INCLUSIVE PHYSICAL EDUCATION: THE DIALOGUE OF SÃO JOAQUIM-SC'S TEACHERS

Pricila Paulina Bernardo ¹

Francisco José Fornari Sousa²

ABSTRACT

The physical education, disciplines integral of the Parameters National Curriculares, should not be before impartial to the movement of the Inclusive Education, since this seeks to the citizen's formation, taking in consideration that your role is not athletes' selection, but of guaranteeing the participation of all without any discrimination, and also to promote the conscience and coexistence of the differences. Before that, it intends to investigate the beginning of the inclusion in the teachers' of physical education of the municipal district of São Joaquim dialogue - SC. The used methodology will be a descriptive field research through a questionnaire with 10 closed questions seeking to obtain the opinion of the referring physical education teachers to the subject. The population objective is 30 teachers of the net municipal, state and peculiar of the municipal district of São Joaquim-SC. The data were analyzed through basic statistics (f and %) and presented in the table form. The results demonstrate that the teachers' answers are confidants, being so much positive as negative for the inclusion since all are in favor and they support the same, however, they believe that great part is not prepared to work with the inclusion. He gave way, through the teachers' answers and in agreement with the researched literature, it is ended that is necessary the implantation of projects and training courses that develop practical mechanisms that assist the inclusion goals and successively provide to the teachers to work with the human diversity, since these are considered fundamental pieces for the implantation of the inclusive system.

Words-Key: Physical education. Inclusion. Teachers.

¹ Acadêmico do curso de Educação Física do Centro Universitário UNIFACVEST

² Professor da disciplina de TCC do Centro Universitário UNIFACVEST

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o maior desafio da escola é utilizar o método de ensino inclusivo. Onde todos os alunos independentemente de credo, raça, classe ou condição física, possam estar inseridos sem discriminação, no mesmo contexto social.

Segundo Pedrinelli (2002) apud Gorgatti e Costa (2005), participar de um processo inclusivo é estar predisposto a considerar e a respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre cada um dos outros em uma situação de diversidade de ideias, sentimentos e ações.

De acordo com Soares (1992), no âmbito escolar a Educação Física, é uma prática pedagógica que tematiza formas de atividades expressivas e corporais como: jogo, esporte, dança e ginástica.

A Educação Física é considerada um componente curricular, tendo seus fundamentos em um elemento específico da cultura: o movimento humano. E assim como nas outras disciplinas há uma preocupação em efetuar uma educação de qualidade subsidiadas em metodologias adequadas admite Brasil (2001).

É imprescindível que o professor saiba separar os objetivos da Educação Física escolar e os objetivos do esporte. E a partir daí propiciar a todos os alunos a possibilidade de desenvolver seus potenciais de maneira democrática, nunca seletiva, querendo seu aprimoramento como seres humanos (BRASIL, 2001).

Porém, indiferentemente de qual conteúdo seja escolhido, os processos de ensino aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas suas dimensões, sendo ela corporal, afetiva, cognitiva, inserção social, afirma Brasil (2001).

Sendo assim, Silva (2004), relata que o princípio de inclusão nas aulas de Educação Física pretende alertar primeiramente sobre o próprio papel da disciplina, que não é da seleção de atletas, e sim de garantir a participação de todos sem discriminação e promover a convivência e a consciência das diferenças. No entanto, essa não é uma tarefa fácil, pois exige interferência constante do professor.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

De acordo com Brasil (2001), para que se compreenda o momento atual da Educação Física é necessário considerar suas origens abordando as principais influências que marcam e caracterizam esta disciplina.

Desde a pré-história, as atividades humanas dependiam do movimento, do ato físico. Para preservar sua existência o homem necessitava utilizar de sua força, sua resistência e sua velocidade. O homem era condenado a situação de nomadismo, e por isso suas constantes migrações em busca de moradia resultavam em longas caminhadas, no meio das quais era necessário saltar, correr, explica Oliveira (2004).

Para Oliveira (2004), no século passado a Educação Física esteve vinculada às instituições militares, esta por sua vez foi fundamental no que se diz respeito à concepção da disciplina e sua finalidades.

Brasil (2001) cita que a primeira referência à Educação Física foi em 1937, em textos constitucionais federais, estando no currículo como prática obrigatória. Era citado também o adestramento físico para a preparação de jovens para a defesa da nação.

Já em 1980, Brasil (2001) afirma que o modelo da Educação física que frisava o esporte de rendimento não obteve muito sucesso. Então, a Educação Física adotou um novo método, e o desenvolvimento psicomotor passou a ser a meta almejada pela escola.

Hoje em dia, após várias análises críticas a Educação Física é componente curricular ajusta-se as faixas etárias considerando as dimensões culturais, social, política, e afetiva presentes no corpo de pessoas que se movimentam como sujeitos sociais e cidadãos, diz Brasil (2001).

2.1 Educação Física Escolar

De acordo com Brasil (2001), a educação física hoje, contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e movimento. Considerando fundamental o movimento com fins para lazer, expressão de sentimentos, recuperação e manutenção da saúde.

Na área da educação a Educação Física escolar se legitima quando sua prática pedagógica tematiza elementos da cultura corporal/ movimento. E ainda, quando os conteúdos abordados são contextualizados histórica e socialmente seria o grande “boom” transformar o

saber elaborado em saber escolar.

Saviani (2013) afirma que “[...] essa transformação é o processo através do conjunto do saber sistematizado os elementos relevantes para o crescimento intelectual dos alunos e organizam-se esses elementos numa sequencia tal que possibilite sua assimilação.”.

Para Brasil (2001), a educação física deve sistematizar situações de ensino aprendizagem que garantam aos alunos adquirir conhecimentos práticos e conceituais. Sendo assim, é fundamental que fique claro os objetivos da educação física escolar e objetivos do esporte, já que o profissionalismo não é meta almejada pela escola.

Como afirma Oliveira (2004), a Educação Física de acordo com a educação não esta preocupada com rendimento máximo, e sim o ótimo. Aquele que ajude o individuo a buscar o seu melhor aproveitamento.

2.2 Conteúdos

Sendo desenvolvidos ao longo de todo o processo de ensino, os conteúdos da Educação Física estão divididos em três blocos (BRASIL, 2001).

Segundo Brasil (2001), estes blocos têm a função de subsidiar o trabalho do professor, sendo este o responsável em organizar os conteúdos de maneira adequada e equilibrada. São eles:

Brasil (2001), afirma que o bloco Esportes, jogos, ginásticas e lutas refere-se às informações históricas das origens e características dos esportes, jogos, ginásticas e lutas, valorização e apreciação destas.

Para Brasil (2001) o bloco das atividades rítmicas e expressiva é amplo e diversificado. Abordam manifestações de cultura corporal tendo como fins de expressão e comunicação perante gestos e estímulos sonoros.

Brasil (2001) diz que o bloco conhecimento sobre o corpo, diz respeito a conhecimentos e conquistas individuais. Sendo abordados a partir da percepção do próprio corpo, por meio da compreensão de sensações e alterações que ocorrem no mesmo durante e após a prática das atividades.

3 INCLUSÃO ESCOLAR

De acordo com Stainback e Stainback, há algum tempo era considerado improvável discutir com as pessoas a possibilidade de educar todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais e de aprendizagem, nas escolas e nas turmas regulares.

Como afirma Karangiannis (1992, 1994) apud Stainback e Stainback (1999, p. 28):

No passado foi decidido que algumas crianças ou alguns adultos deveriam ser excluídos de nossas vidas, das salas de aula e das comunidades regulares porque eram considerados ameaça a sociedade. Os motivos pela exclusão eram dois: ajudar e controlar os alunos. No passado o desejo de controlar sobrepôs o de ajudar.

Desse modo é necessário deixar de lado os erros do passado onde alunos com necessidades especiais e de aprendizagem eram deixados à margem e dar-lhes direitos iguais no que se refere à educação.

Para Mantoan e Prieto (2006), fazer valer o direito para todos não se limita a cumprir o que esta na lei e aplica – lá, sumariamente, às situações discriminadoras.

Desse modo, Oliveira (2013, p.2), cita:

A educação inclusiva que se caracteriza como processo de incluir os portadores de necessidades especiais ou com distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino, em todos os seus graus, pois nem sempre a criança que é portadora de necessidades especiais, apresenta distúrbio de aprendizagem, ou vice versa, então todos esses alunos são considerados portadores de necessidades educativas especiais.

Para Mantoan e Prieto (2006, p.16):

A inclusão escolar esta articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidade, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de resistir uma igualdade foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular.

Oliveira (2013), afirma que para cada criança seja desenvolvido uma prática educacional mais específica no que diz respeito à ampliação de suas capacidades, pois para cada necessidade há um cuidado do trabalho educativo.

Sendo preciso situar a importância da educação na totalidade dos desafios e incertezas de nosso tempo, portanto, refletir sobre educação inclusiva é um dos desafios, porém, não podemos nem devemos deixar de lado as pertinências de sua prática no seio da nossa sociedade escolar (OLIVEIRA, 2002).

Pois como afirma Ceccon (1993) apud Oliveira (2013, p.2):

[...] a escola está dentro da sociedade, quando mexemos na escola, estamos mexendo na sociedade. Acredita-se que a partir da escola inclusiva haverá uma maior aceitação das crianças com necessidades especiais pela sociedade, não se pode mais ignorar a urgência de universalidade da cidadania que por sua vez, requer uma nova ética e, por conseguinte, uma escola de educação e cidadania para todos.

3.1 Educação Física Inclusiva

De acordo com Silva (2013), a Educação Física carrega consigo as marcas de uma história excludente. Foi vista como meio de preparar a juventude para a defesa da nação, fortalecer o empregado ou buscar novos talentos esportivos para representarem a pátria.

Para Oliveira (2013), a Educação Física Escolar, apresentava um modelo em que o físico, a aptidão física e o desempenho eram mais importantes, deixando muitas vezes de lado os aspectos sociais, afetivos e cognitivos.

Diante disso, Brasil (2001), diz que no âmbito escolar a Educação Física deve dar oportunidades a cada aluno, a fim de que possa desenvolver suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva. Ou seja, alunos com alguma necessidade especial ou de aprendizagem não pode ser privado das aulas de Educação Física.

A aula de educação física pode favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio possibilitando através da convivência a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos, declara Brasil (2001).

Nesse sentido, Gorgatti e Costa (2005, p.16), afirmam que:

Olhar para as pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas e perceber, não a limitação, nem a desvantagem, mas suas capacidades, possibilidades, potencialidades, ou seja, sua essência contribui para um efetivo processo a fim de assegurar os direitos humanos e sociais e melhorar sua qualidade de vida.

4 METODOLOGIA

De acordo com Andrade (1998), pesquisa é definida como conjunto de processos sistemáticos, fundamentado no raciocínio lógico, tendo como objetivo encontrar soluções para problemas propostos, fazendo uso de métodos científicos.

No que se diz respeito á natureza, esta pesquisa é constituída em um trabalho científico original, pelo fato de ser desenvolvida pela primeira vez podendo contribuir para novas descobertas (ANDRADE, 1998).

Para Andrade (1998), quanto aos objetivos à pesquisa esta classificada como descritiva, onde os fatos são observados, analisados, interpretados sem que haja a intervenção do pesquisador.

No que se diz respeito ao objeto, é uma pesquisa de campo, pois segundo Andrade (2008), a coleta de dados é feita em campo, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos. O instrumento utilizado é um questionário, baseado em Souza e Boato (2013), composto por dez perguntas fechadas. Sendo aplicado no mês de Setembro de 2013, a fim de obter opinião dos professores de Educação Física de São Joaquim-SC sobre o princípio da inclusão em suas aulas.

A população alvo são 28 professores de Educação Física das escolas do município de São Joaquim-SC. A análise dos resultados será comparada com pesquisas já desenvolvidas por autores utilizados como referencia para a construção deste trabalho. Os dados serão analisados por estatística básica e apresentados na forma de tabelas.

4.1 Análise e discussão dos dados

Conforme a tabela 1 (n=13, 43,33%) possui nível superior incompleto, (n=10, 33,33%) possui nível superior completo e (n=7, 23,33%) já tem pós-graduação.

De acordo com a LDB 9.394/96, p. 26 “[...] podem atuar na educação básica profissionais com nível superior, em curso de licenciatura ou graduação plena em universidades ou institutos superiores de educação [...]”. Sendo assim, a maioria dos profissionais pesquisados esta de acordo com a Lei.

Tabela 1. Nível de formação.

	f	%
Superior em curso	13	43,33
Superior completo	10	33,33
Pós-graduação	7	23,33
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa

A tabela 2 refere-se ao tempo de experiência no magistério como professor de Educação Física, de modo que (n=3, 10%) tem menos de 1 ano, (n=16, 53,33%) tem entre 1 e 5 anos, (n=6, 20%) tem entre 5 e 10 anos e (n=5, 16,66%) tem mais de 10 anos de experiência.

Tabela 2. Tempo de experiência no magistério como professor de Educação Física.

	f	%
Menos de 1 ano	3	10
Entre 1 e 5 anos	16	53,33
Entre 5 e 10 anos	6	20
Mais de 10 anos	5	16,66
	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo a literatura Nascimento e Graça (1998) apud Shigunov (2002), o desenvolvimento profissional acontece em ciclos. São eles: de 1 a 3 anos de docência o profissional esta na fase de “Entrada”, de 4 a 6 anos fase de “Consolidação”, de 7 a 9 anos período de “Diversificação”, e de 20 a 35 anos passa para a “Estabilização”.

Deste modo, dos professores pesquisados a maior parte encontra-se entre o primeiro e o segundo ciclo. O primeiro ciclo, de Entrada, consiste em um período de transição entre a formação inicial e a atividade profissional continua. O segundo ciclo, o de Consolidação compreende a consolidação do repertório pedagógico e ampliação do conhecimento curricular (SHIGUNOV 2001).

Conforme a tabela 3 (n=17, 56,66) afirmaram ter alunos com necessidades especiais na escola em que atua e (n=13, 43,33) não possuem alunos com necessidades especiais em sua escola.

Tabela 3. Você possui alunos com necessidade especial na sua escola?

	f	%
Sim	17	56,66
Não	13	43,33
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

Para Mantoan e Prieto (2006), o nosso sistema educacional, diante da democratização do ensino tem passado por dificuldades, para equacionar uma relação complexa, que é a garantia de escola para todos, porém que esta seja de qualidade.

Nesta base, o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua de maneira drástica em caso de alunos com deficiência, relata Mantoan e Prieto (2006).

Porém, a LDB em seu artigo 58, deixa claro que a educação especial é uma modalidade de educação escolar, proporcionada preferencialmente na rede regular de ensino,

para portadores de necessidades especiais. Deste modo, grande parte dos professores pesquisados possuem alunos com necessidades especiais, na rede regular de ensino.

Na tabela 4 (n=30,100%) consideram-se agentes ativo no processo de inclusão, ou seja, todos acreditam que contribuem ou podem contribuir para o processo de inclusão.

Tabela 4. Professor como agente ativo no movimento inclusivo.

	f	%
Sim	30	100
Não	0	0
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa

Alguns debates, seminários, relatam a importância de encontrarmos maneiras praticas que atendam as metas da inclusão e, por conseguinte permita aos profissionais encarar o desafio que estas metas impõem que é trabalhar com a diversidade humana admite Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (2001).

Para Sapon-Shevin (1999) apud Sobama (2001), “na busca da criação e manutenção de escolas verdadeiramente inclusivas, os professores devem enxergar-se como agentes ativos, dispostos a desafiar estereótipos e comportamento opressivos e discriminatórios que ainda persistem em nossa sociedade”.

Portanto, todos os professores pesquisados afirmam que possui um papel importantíssimo no que se refere à inclusão.

Segundo a tabela 5 (n=8, 26,66 %), acreditam que a atenção extra requerida pelos estudantes com necessidades especiais prejudica a fluidez das aulas de Educação Física e o desenvolvimento dos demais alunos, enquanto (n=22, 73,33 %) afirmam que a atenção extra não prejudica.

Tabela 5. Atenção extra requerida pelos estudantes com necessidades especiais.

	f	%
Sim	8	26,66
Não	22	73,33
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

Stainback e Stainback (1999), diz que no processo inclusivo, neste caso nas aulas de Educação Física, todos os alunos possuem a oportunidade de aprender umas com as outras, o que gera a conquista de habilidades, atitudes, valores. Estes, sendo necessários no apoio inclusivo.

Desse modo, o professor deverá garantir as condições de segurança, podendo fazer adaptações, gerando situações que de a possibilidade de participação de todos.

Na tabela 6 (n=28, 93,33%) acreditam que alunos com necessidade especial de aprendizagem que não participam das aulas de Educação Física são prejudicados em seu desenvolvimento motor, social, cognitivo e emocional e apenas (n=2, 6,66%) acreditam que estes não são prejudicados.

Tabela 6. O aluno excluído da aula da Educação Física pode ser prejudicado?

	f	%
Sim	28	93,33
Não	2	6,66
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

Stainback e Stainback (1999), diz que “[...] é observado que alunos com diferentes níveis de deficiência aprendem mais em ambientes integrados, onde lhes são proporcionados mais experiências do que quando estão em ambientes segregados [...]”. Ou seja, a maioria dos professores que responderam ao questionário está de acordo com a literatura apresentada.

Segundo a tabela 7 (n=3, 10%) afirmam que dispensam ou já dispensaram alunos com alguma necessidade especial ou de aprendizagem, enquanto (n=27, 90%) relatam que isso nunca ocorreu em suas aulas.

Tabela 7. Dispensa de suas aulas alunos com alguma deficiência?

	f	%
Sim	3	10
Não	27	90
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Brasil (2001), por desconhecimento, receio e até mesmo por próprio preconceito, grande parte das pessoas com deficiência são excluídas das aulas de Educação Física.

Entretanto, Souza e Boato (2013), a participação na aula de Educação Física, pode trazer muitos benefícios, principalmente em relação ao desenvolvimento de capacidades afetivas, de integração e inserção social.

Desse modo, a Educação Física, deve dar oportunidades a todos, a fim de que estes desenvolvam suas potencialidades, se aprimorando como seres humanos acrescenta Brasil (2001).

Conforme a tabela 8 (n= 9, 32,14%) relata que os professores de Educação Física do ensino regular, de maneira geral não têm capacitação para incluir alunos com necessidades especiais de aprendizagem e (n=21, 67,85%) pensam que os professores estão capacitados para a inclusão dos mesmos.

Tabela 8. Capacitação para trabalhar com alunos especiais.

	f	%
Sim	9	32,14
Não	21	67,85
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

No que se diz respeito à capacitação dos professores de Educação Física do ensino regular, grande parte dos professores pesquisados acreditam que a capacitação ainda não é suficiente para trabalhar com o princípio de inclusão.

De acordo com a Resolução CNE/ CEB N° 2/2001, em seu artigo 8° declara que os sistemas de ensino necessitam antever e fornecer para a efetuação da educação inclusiva, professores especializados e capacitados, para simultaneamente atender alunos com algum tipo de necessidade especial e conseqüentemente auxiliar no desenvolvimento da educação inclusiva.

Vale salientar, que a resolução CNE/ CEB N° 2/2001 cita que podem atuar como professores de educação especial àqueles que possuíram no transcorrer de sua formação conteúdos apropriados para o desenvolvimento da educação inclusiva.

Conforme a tabela 9 (n=4,14, 28%) assume que em algum momento no decorrer de sua carreira foi oferecido cursos de capacitação para o atendimento de alunos com deficiência em turmas inclusivas em contrapartida (n=26, 85,71%) negam terem a oportunidade de participar de cursos.

Tabela 9. Oportunidade de cursos em relação à inclusão.

	f	%
Sim	4	14,28
Não	26	85,71
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

Há muitos aspectos a serem considerados a serem considerados para a implantação de uma escola inclusiva, dentre os quais o oferecimento de cursos para capacitação de docentes, afirma Filho (2009).

Para Cidade e Freitas (1997) apud Souza e Boato (2013), a falta de capacitação e o desinteresse de alguns professores de Educação Física em participar de cursos que são proporcionados na área de Educação Especial por exemplo. Relatam ainda a pouca disponibilidade de eventos que propiciem formação dos profissionais voltados para essa temática, o que dificulta ainda mais a oportunidade de aplicar a inclusão de maneira adequada nas aulas de Educação Física.

Segundo a tabela 10 (n=8, 28,57%) acreditam que são capacitados para atenderem alunos com necessidade especial de aprendizagem em turmas inclusivas enquanto (n=22, 71,42%) responderam não serem capacitados para trabalhar com turmas inclusivas.

Tabela 10- Você se sente apto a trabalhar com turmas inclusivas?

	f	%
Sim	8	28,57
Não	22	71,42
Total	30	100

Fonte: dados da pesquisa.

Para Cidade e Freitas (2002) apud Souza e Boato (2013), a Educação Física Adaptada surgiu nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, o prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de necessidade especial ou de aprendizagem, sendo esta considerada uma razão pelas quais vários professores não receberam em sua formação conteúdos referente à Educação Física Adaptada ou a inclusão. O que reflete na não capacitação de vários professores.

Porém, Soler (2002) apud Souza e Boato (2013), destaca que para desenvolver o processo de inclusão, as primeiras pessoas a serem trabalhadas são os professores, que devem compreender perfeitamente o sentido da inclusão. Pois quem se habitua é a escola ao aluno e não o aluno a escola.

5 CONCLUSÃO

Foram obtidos e apresentados os dados contidos em 30 questionários respondidos por professores de Educação Física do município de São Joaquim – SC. Tendo como objetivo pesquisar a opinião dos mesmos sobre o princípio da inclusão nas aulas de Educação Física.

A Educação Física transporta consigo as marcas de uma trajetória excludente, onde

visava à formação de atletas para representar o país internacionalmente ou a preparação de homens para defender a nação. O que fez com que a prática da mesma, estivesse associada a conceitos de rendimentos, performances e recordes.

Porém, a Educação Física hoje tem como perspectiva, a formação do cidadão. Desse modo, a inclusão considera que somos todos diferentes e que a Educação Física tem que se reformular para receber e incluir o indivíduo nas suas atividades. Diante disso, a disciplina deve levar em consideração que o seu papel não é seleção de atletas, mas de garantir a participação de todos sem nenhuma discriminação, e também promover a consciência e convivência das diferenças.

No entanto, vale ressaltar que essa não é uma tarefa fácil, pois requer intervenção constante do professor. E grande parte destes, de acordo com os questionários respondidos, é a favor e incentiva a inclusão, porém, não se sente preparado nem capacitado para trabalhar com a mesma.

Desse modo, considerando a opinião dos professores e a literatura pesquisada, acredita-se que é necessária a implantação de projetos de capacitação nos cursos de formação de professores e que estes façam valer desta habilitação no decorrer de sua vida profissional, pois o professor de educação física é visto como um dos principais agentes ativos na proposta de um sistema inclusivo.

Contudo, vale salientar, que o conteúdo apresentado neste artigo, busca de alguma maneira repassar informações aos profissionais de Educação Física e as pessoas que se interessam pela mesma, no que se diz respeito aos princípios da Educação Física Inclusiva.

Entretanto, muito ainda tem que ser feito, pois a Educação Física Inclusiva ainda é uma área nova e carente de estudos. Área em que mais do que limitações, preocupamo-nos com a qualidade de vida, e que esta pode ser aprimorada para todos, enfrentando os obstáculos colocados pelo preconceito e pela falta de informação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: a elaboração de trabalhos de graduação**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Ministério da Educação.

Secretaria da Educação Fundamental. 3. Ed Brasília, A Secretaria, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro 2013.

BRASIL. **Resolução 2/2001**. Brasília: Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica, 2001.

FILHO, Mauro Lucio Mazini. et al. **A importância das aulas inclusivas de Educação Física para os portadores de deficiência**. Revista Digital. Buenos Aires, v. 14, n. 139, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd139/aulas-inclusivas-de-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade Física Adaptada**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

OLIVEIRA, Flavia Fernandes de. **Dialogando sobre educação, educação Física e inclusão escolar**. Revista Digital- Buenos Aires- Año 8- Nº 51. 2002. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd51/educal.htm>. Acesso em 13 de março de 2013.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, Renato Gonçalves José Correa. **Procedimento de metodologia científica**. 5. ed. Lages, SC. PAPERVEST. 2007.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1996. Disponível em: <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/d/demerval-saviani---do-senso-comum-consciencia-filosofica.pdf>>. Acesso em 14 de Março de 2013.

SILVA, Ana Patrícia da. **O princípio de inclusão em educação física escolar: um estudo exploratório no município de São João Del-rei**. Rio de Janeiro, RJ. UFRJ. 2004. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/tesesedissertacoes/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20Patr%C3%ADcia%202004.pdf>>. Acesso em 01 de maio de 2013.

SHIGUNOV, Viktor; NETO, Alexandre Shigunov. **Educação Física: conhecimento teórico x prática pedagógica.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

SHIGUNOV, Viktor; NETO, Alexandre Shigunov. **A Formação O Profissional e a Prática Pedagógica: ênfase nos professores de Educação Física.** Londrina: O autor, 2001.

SOARES, Carmen L. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** - São Paulo: Cortez, 1992.

SOBAMA. **Temas em Educação Física Adaptada.** Curitiba: Sobama, 2001.

SOUZA, Greicy Kelly Pereira de; BOATO, Elvio Marcos. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores.** Educação Física em Revista, vol. 3, nº 2, 2009. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewArticle/1341>
Acesso em 10 de outubro de 2013.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** 1. ed. Porto Alegre, RS. Artes Médicas Sul, 1999.